



**PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS**  
**Grupo Parlamentar**

**Exmo. Senhor**  
**Presidente da Comissão de Cultura,**  
**Comunicação, Juventude e Desporto**  
**Deputado Luís Graça**

**Assunto: Requerimento para a audição urgente do Senhor Ministro da Cultura relativamente à reestruturação do GMG e sobre a aquisição de participações da LUSA**

Senhor Presidente,

Face ao processo de reestruturação no Global Media Group (GMG) que pretende levar ao despedimento de cerca de duas centenas de trabalhadores, o PCP apresentou requerimentos para a audição dos delegados sindicais e as direções demissionárias dos órgãos de comunicação social que integram o GMG. O PCP considera que o Governo, através do Senhor Ministro da Cultura, deve prestar os devidos esclarecimentos sobre as diligências que adotou face ao exposto.

A 30 de novembro de 2023, o Governo, fugindo da sua responsabilidade, anunciou que não iria adquirir as participações sociais da LUSA, após ter afirmado que teria abertura para que o Estado pudesse assumir uma posição mais significativa na estrutura acionista, no sentido de preservar a “autonomia da LUSA e do reconhecimento do seu papel estratégico para a defesa da comunicação social e do jornalismo”.

De acordo com o mesmo comunicado, a 22 de novembro, a Direção-Geral do Tesouro e Finanças apresentou em nome do Estado uma proposta formal de aquisição. No entanto, apesar de o Governo dispor das condições para avançar com o processo o

Governo, optou por condicioná-lo à posição do PSD. O Governo considerou que “deixam de estar reunidas as condições para concluir a operação”, tendo decidido que não irá adquirir as participações sociais da LUSA.

Entretanto com a entrada do fundo de investimento World Opportunity Fund, com sede nas Bahamas, no GMG, o qual detém 45,71% das participações da Lusa, passou este fundo a ser acionista da Lusa. Os trabalhadores da Lusa e respetivas organizações representativas rejeitam que a Lusa tenha como acionista o World Opportunity Fund, um fundo sobre o qual nada se sabe e defendem que a LUSA assume um papel importante nos meios de comunicação social nacionais, devendo ser clara e transparente a sua propriedade, tendo deste modo o Governo PS desperdiçado uma oportunidade para reforçar o papel e reforço do Estado neste órgão.

O PCP entende que o Estado devia ter adquirido as participações sociais, com o objetivo de assumir em plenitude o capital social da empresa. Ao longo dos anos ficou claro que os acionistas privados em nada acrescentam à empresa, e têm-se sempre aproveitado da sua posição para retirar vantagens. Para a Lusa é importante a sua consagração como serviço público de agência de notícias, tal como é importante a valorização e reforço do seu papel estratégico na dimensão da informação.

Assim, ao abrigo das atinentes disposições regimentais e legais, o Grupo Parlamentar do PCP vem requerer a audição urgente do Senhor Ministro da Cultura, em sede da 12.ª Comissão.

Assembleia da República,

A Deputada,

Paula Santos